



Eixo 3: Educação Formal e Informal de Estudantes com Deficiência Auditiva e Surdez

AS PRINCIPAIS METODOLOGIAS DE ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ALUNOS COM SURDEZ

Balbina Bruno Rodrigues Sá - Graduada em Licenciatura Plena em Matemática – IFPI

Renan de Souza Oliveira - Graduando em Licenciatura Plena em Matemática – IFPI

Amaya de Oliveira Santos - Professora/Orientadora do IFPI campus São Raimundo Nonato

*Autora correspondente: amayaoliveira@ifpi.edu.br

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada por acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática, do IFPI campus São Raimundo Nonato – PI. Cujo objetivo principal é apresentar as principais metodologias de ensino utilizadas por professores de Matemática na educação básica, para alunos com surdez. Os objetivos específicos são: identificar diferentes metodologias de ensino da Matemática para surdos; analisar como essas metodologias influenciam o ensino e a aprendizagem e discutir acerca das metodologias encontradas e da importância da LIBRAS nas instituições de ensino. A metodologia ocorre por meio de pesquisas bibliográficas realizadas em sites, artigos, livros e etc. dentre outros. Os Resultados evidenciaram que o uso adequado de metodologias específicas para alunos com surdez, promove o desenvolvimento acentuado no processo de ensino e aprendizagem de diversos conteúdo da Matemática, além de propiciar a inclusão desses alunos na escola e com os demais colegas. Também pôde-se concluir que o uso dessas metodologias ainda é pouco praticado nas instituições e, por conta disso, diversos alunos com surdez não desenvolvem de forma adequada certos assuntos essenciais para o seu desenvolvimento intelectual.

Palavras-chaves: Matemática. Ensino-aprendizagem. Surdez.

ABSTRACT: This article is the result of a research carried out by students of the Mathematics Degree course, at IFPI campus São Raimundo Nonato - PI. Whose main objective is to present the main teaching methodologies used by mathematics teachers in basic education, for students with deafness. The specific objectives are: to identify different mathematics teaching methodologies for the deaf, to analyze how these methodologies influence teaching and learning and to discuss the methodologies found and the importance of LIBRAS in educational institutions. The methodology occurs through bibliographic searches carried out on websites, articles, books and etc. among others. The Results showed that the appropriate use of specific methodologies for students with deafness, promotes the marked development in the teaching and learning process of various Mathematics contents, in addition to enabling the inclusion of these students in school and with other colleagues. And, it was also possible to conclude that the use of these methodologies is still little practiced in the institutions, and because of that, several students with deafness do not adequately develop certain subjects essential to their intellectual development.

Keywords: Mathematics. Teaching-learning. Deafness



INTRODUÇÃO

É sabido que os sujeitos surdos convivem com a falta de inclusão nas mais diversas situações do cotidiano, e essa cultura se perpetua de longas datas, ao se abordar a contexto histórico dos surdos na sociedade. Góes (2006) destaca que, “os sujeitos surdos pela defasagem auditiva enfrentam dificuldades para entrar em contato com a língua do grupo social no qual estão inseridos”.

Trazendo em questão o ambiente escolar, são vários os obstáculos enfrentados por eles na busca pela aprendizagem. Essa realidade faz com que esses indivíduos sejam excluídos dos ambientes escolares, e assim, sustentado o fracasso escolar entre eles. Vale ressaltar que, em muitos casos, as dificuldades de aprendizagem não estão fechadas somente ao aluno, mas sim a toda estrutura escolar que ele é colocado.

Ao se questionar o ensino de Matemática para esses alunos, de imediato são visíveis às dificuldades encontradas devido à complexidade dos conteúdos dessa disciplina, assim como também, é constatada a falência por parte dos educadores no que diz respeito ao uso adequado de metodologias voltadas ao ensino de surdos. Fonseca (1995, p. 70) classifica a dificuldade de aprendizagem da seguinte maneira:

“É um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de desordens, manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático”.

Com base nos pressupostos mencionados, esta pesquisa visa buscar quais as metodologias de ensino da Matemática são utilizadas nas escolas de educação básica para o ensino e aprendizagem de estudantes com surdez, e assim investigar a respeito dessas metodologias, suas características, aplicações e as suas influências no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com surdez.

Espera-se que por meio desse estudo possa haver uma contribuição para o ensino, em especial da Matemática, na comunidade surda.

Para a realização da pesquisa são utilizados alguns autores de referências, tais como: MOURA (1996), Skiliar (1997), Miranda (2011), dentre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um pouco sobre a História e Educação dos surdos:

Strobel (2008, p.6) define um sujeito surdo como sendo:

"um conjunto de sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, tais como a cultura surda, uso da língua de sinais, têm costumes e interesses semelhantes, histórias e tradições comuns e qualquer outro laço compartilhado".



Analisando a trajetória histórica desse povo, são constatadas diversas formas de discriminação, preconceito, exclusão e até mesmo o direito a vida sendo negado. Por muito tempo esses indivíduos foram banalizados pelos sujeitos ouvintes, onde os mesmos sofriam castigos, agressões verbais – xingamentos, insultos, deboches e etc – a sociedade atribuiu durante longos períodos à ideia de que o surdo adquiriu essa condição por conta de castigos divino e/ou desmerecimento de convívio entre os ouvintes, e por conta disso, a comunidade surda foi violada em veemência. Andreis e Witkoski (2015, p.25), trazem em evidência que:

“Em Esparta, na Grécia, em decorrência dos surdos serem estigmatizados como incapazes, eram condenados à morte e jogados em precipícios. Em Roma também se exercia a mesma prática: por serem considerados enfeitiçados e, por isso, merecedores de castigos, eram atirados no Rio Tibre ou abandonados. Em Atenas, os surdos eram rejeitados e abandonados nos campos ou nas praças. Era um destino cruel que se restringia à exclusão social, à escravidão, à miséria absoluta e à morte”.

Por meio disso, é possível confirmar que essa cultura de discriminação contra esse povo foi um fato que se perdurou em diferentes países e sociedades. Fato esse, que propiciou grandes impactos que ainda são vistos na sociedade atual, como por exemplo, o pensamento de incapacidade de pessoas que não possuem audição. Essa ideia é confirmada por HEATHERTON (2000, p. 39), onde ele destaca que “Para estes grupos, predominava a identificação de incapacitados, de modo que a baixa ou nula eficácia atribuída aos mesmos, repercutia em vê-los como ‘um fardo’”.

Com relação a esse pensamento de incapacidade, outro ponto marcante a qualquer indivíduo com surdez, é a dificuldade encontrada por eles no que diz respeito a sua inserção nas instituições de ensino e, conseqüentemente, no processo educativo. Andreis e Witkoski (2015, p.27) ressaltam que “Estas características aceitas em relação às pessoas com deficiência, entre elas os surdos, legitimavam a subtração do direito à educação e, em muitos casos, à vida”.

Durante o mesmo período em que os surdos sofriam esses castigos, as escolas se negavam a recebê-los, pois carregavam a ideia de que os mesmos não apresentavam capacidades cognitivas que pudessem promover o processo de ensino e aprendizagem, dessa maneira, crianças que nasciam com surdez não frequentavam escolas, apenas poucos casos se excediam a essa realidade. A concussão de tudo isso é confirmada até o presente, onde milhares de pessoas surdas não possuem nenhum tipo de conhecimento ou grau escolar, prevalecendo o analfabetismo entre eles e dificultando o processo de autonomia e inclusão dos mesmos na sociedade.

Esse descaso contra a comunidade surda vigorou por muito tempo, e somente no XVI começam os primeiros registros de educação voltados a eles. Quanto Pedro Ponce de Léon, primeiro Professor de surdos, inicia suas atividades educativas direcionadas, exclusivamente, aos surdos. Onde o mesmo trouxe o uso do alfabeto manual como método de ensino da leitura, escrita e cálculos básicos.



Haja vista os primeiros passos para o desenvolvimento de uma educação especial voltadas a esses sujeitos, a verdadeira revolução para a educação dos não ouvintes ocorre somente na segunda metade do século XIX, L'Eppe, Professor ouvinte e religioso, introduz um método de ensino por meio de gestos metódicos, trazidos da França. Esse método foi bastante comemorado na época e teve grande circulação entre a comunidade que apresentaram rápido desenvolvimento na aprendizagem.

Posterior a isso, outros nomes entraram na luta pela inclusão dos surdos nas instituições de ensino, tais como: Jean Massieu (1772-1846), Ferdinand Berthier (1803-1886) e Laurent Clerc (1785-1869). Além disso, nesse período iniciou-se também a criação de várias escolas voltas exclusivamente para o povo surdo. MOURA (1996, P. 42) destaca que:

“Conforme referido, a partir de L'Eppe houve uma grande revolução na educação de surdos na França e em vários outros países na medida e que seus discípulos ajudaram a fundar "centenas de outras escolas, em moldes semelhantes, em todo o mundo".

No Brasil também houve a preocupação em oferecer a educação a esses indivíduos e durante o império de Dom Pedro II, o mesmo convidou o Professor surdo e francês Ernest Huet para ministrar aula no então conhecido Instituto Nacional de Surdos-Mudos, no estado do Rio de Janeiro, onde se iniciaram os estudos da Língua de Sinais.

Portanto, é evidente que a luta pela inclusão trilhou um percurso longo e dificultoso até chegarmos aos meios existentes atualmente. Todavia, ainda assim é possível afirmar que o processo educativo entre surdos, até este momento, ainda encontra-se fragilizado devido a inúmeros fatores, inclusive a falta de capacitação docente para atuar nessa área.

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):

O direito à comunicação é universal e estendido a todos os indivíduos, com ou sem NEE (Necessidades Educativas Especiais), de nosso País e do universo. Se por um lado a grande maioria dos indivíduos utiliza a forma vocal para se comunicar, por outro, existem aqueles que estão impedidos de se comunicarem via oral por distintos motivos. Mas isso não os impedem de viverem em comunidade; de se relacionarem entre si e com os outros e de se interagirem com os pares, visto que existem distintas formas de socialização.

Diante disso, surge à necessidade em se estabelecer uma forma de comunicação entre a comunidade surda, então, pesquisadores da área dão início a inserção da Língua Brasileira de Sinais que atualmente é considerada a segunda língua oficial do Brasil. De acordo com Skiliar (1997, p. 141):

“A língua de sinais constitui o elemento identificatório dos surdos, e o fato de constituir-se em comunidade significa que compartilham e conhecem os usos e normas de uso da mesma língua, já que interagem cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Isto é,



desenvolveram as competências linguísticas e comunicativa - e cognitiva - por meio do uso da língua de sinais própria de cada comunidade de surdos”.

A Língua de sinais é um instrumento único, capaz de promover a inclusão, autonomia, desenvolvimento e comunicação do surdo com a sociedade.

A língua de sinais tem o mesmo grau de importância que a oral, ela apresenta uma estrutura gramatical que permite dá significados a todas as expressões. É importante lembrar que a Libras não é uma linguagem, e sim uma língua, pois apresenta a mesma estrutura que a Língua Portuguesa. Em contra partida, embora essa língua seja fielmente eficaz, ela ainda sofre com a desvalorização e preconceito perante a sociedade. Segundo BOTELHO (2002, p. 26):

“O estigma e o preconceito fazem parte do nosso mundo mental e atitudinal, tendo em vista que pertencemos a categorias - mulheres, negros, analfabetos, políticos, professores, judeus, velhos, repetentes na escola, pós-graduados, estrangeiros, desempregados - que são recebidas com pouca ou muita ressalva por um grupo determinado. Não importa a qual grupo pertencemos, mas sim a qual queremos pertencer, e é direito de cada indivíduo escolher o lugar na sociedade a que melhor se adapte”

Com relação à parte legal que rege a inserção da Libras na sociedade, temos a Lei nº 10.436, do dia 24 abril de 2002, que reconhece a Libras como uma língua oficial do Brasil.

Art. 1º - É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único – Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras – a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideais e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Nesta perspectiva, é indiscutível a importância de criação dessa lei e os benefícios que ela trouxe a toda a comunidade surda.

Em seguida, no ano de 2005 é aprovado o decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que estabelece a implantação de condições eficientes para o ensino inclusivo e bilíngue. Dentre as quais se destaca seguinte capítulo:

“CAPÍTULO IV – DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO.

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e a educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior”.



Ainda que exista todo esse instrumento legal conquistado pelo povo surdo, a sociedade até o presente continua praticando o preconceito, exclusão e discriminação contra o surdo, e essa problemática dificulta que a Libras seja definitivamente praticada por todos, e em diferentes ambientes, culturas e indivíduos. Resta muito a se conquistar e luta não cabe somente à comunidade surda, mas deve envolver diferentes esferas da sociedade.

O ensino da Matemática para surdos:

Observamos que, ainda hoje, muitos educadores tendem a normatizar os alunos, utilizando uma única metodologia e esperando que todos aprendam ao mesmo tempo, ao invés de administrarem a heterogeneidade de experiências e valores pessoais para promover a aprendizagem e o respeito de ambos.

Esse fato deve-se, em grande parte, a falta de capacitação dos professores, que durante a graduação não são preparados para atender a esses alunos, tampouco, são desenvolvidos programas que visem à promoção e capacitação docente para atender de forma inclusiva e adequada. Esse aspecto interfere negativamente no processo de ensino e aprendizagem de Matemática, uma vez que a figura do professor é essencial para isso. Para que esse processo ocorra de forma satisfatória é necessário que o educador esteja apto e conheça a realidade daquele aluno. Correia (2003, p. 31) ressalta que, “o professor desempenha um papel importante na criação de ambientes educacionais positivos e enriquecedores para o aluno do ensino especial”.

Para CUKIERKORN (1996, p. 109):

“A literatura aponta que é comum os alunos surdos terem mais sucesso em Matemática que em outras disciplinas, devido, possivelmente, à semelhança estrutural entre a LIBRAS e a Matemática, uma vez que, pelo fato da Matemática ‘ter em confronto com a linguagem oral (ou mesmo gestual), uma maior precisão na sua gramática’, permite que esta área obtenha resultados mais satisfatórios”.

Embora alguns autores apontem facilidade na aprendizagem da Matemática pelos alunos surdos, a realidade que temos é contraia a isso, já que os educadores não dispõem de maneiras adequadas para repassar esse conhecimento. Além disso, é importante ressaltar que o se vê hoje em relação à política educacional de inclusão e principalmente a educação matemática é que os professores carecem de material bibliográfico que lhes permita adequar a metodologia utilizada em sala de aula para atender aos surdos. Moreira (2015, p. 11) se opõe a essa ideia que assegura a facilidade na aprendizagem da matemática, ao ponto que diz:

“Mas isso por si só não garante resultado matemático satisfatório. É preciso, contudo, que os docentes de Matemática tenham variadas possibilidades de transmissão dos conteúdos aos seus alunos surdos. É preciso que tenham condições pedagógicas favoráveis à aprendizagem”.

Sendo assim, deve-se haver uma flexibilidade entre a escola e os alunos, para que se possam ser desenvolvidas metodologias que favoreçam o ensino para todos, tornando o



processo de ensino e aprendizagem facilitador, tanto para os alunos ouvintes, como também para os surdos. Gomes (2006, p. 72) coloca que:

“A sociedade do conhecimento na qual vivemos, com transformações constantes no processo de produção e na construção de conhecimento, faz surgir novas demandas sobre o sistema educacional, exigindo que os professores desenvolvam novos saberes que viabilizem um processo de ensino/aprendizagem atualizado”.

O ensino da Matemática é algo bastante complexo, que requer uma gama de requisitos que se tornam necessários para o conhecimento e aprendizagem dessa disciplina. Desta forma, o estudo da mesma transfigura-se de forma dificultosa, principalmente para alunos que apresentam surdez. Williams (2000, p. 05) ressalta que:

“Especificamente, crianças surdas mostram dificuldades significativas no desempenho de operações aritméticas básicas, as quais podem ser geradas a partir de relações numéricas e de quantidade inadequadas. Além do mais, adolescentes com impedimento auditivo tem demonstrado atrasos acadêmicos similares com respeito à matemática avançada”.

Isso mostra que a Matemática torna-se dificultosa aos educandos desde o início dos seus conteúdos e, conseqüentemente, avança para os demais, gerando uma “bola de neve” que resulta no desânimo desses estudantes, desistências e defasagem no ensino da mesma.

De fato, as dificuldades enfrentadas por alunos surdos são várias, daí a importância de se conhecer formas e métodos corretos que sejam capazes de auxiliarem no ensino e na aprendizagem desses alunos.

Mas essa realidade pode ser revertida? A resposta é positiva, tendo em vista que algumas ferramentas e recursos possibilitam o desenvolvimento de uma educação de qualidade direcionada a essa comunidade. A presença de um interprete de Libras em sala de aula proporciona a diminuição de muitos problemas que vem sendo enfrentado pelos educadores matemáticos e favorecendo uma aprendizagem melhor ao educando, portanto se o interprete conhecer o assunto a ser ministrado fará com que a informação interpretada ao surdo tenha mais consistência e significado.

A sala de aula é um ambiente de ensino e aprendizagem, o qual deve ser adaptado às diversidades dos alunos, tanto na forma física, como também de forma pedagógica, onde o Professor deverá ser capaz de incorporar e trazer metodologias acessíveis e inclusivas, que proporcionem a troca de conhecimentos. Afim de que as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos sejam supridas, e os conteúdos básicos de matemática sejam entendidos, impedindo que os mesmos tenham dificuldades no futuro.

Mesmo com deficiência auditiva e enfrentando várias dificuldades, os surdos são capazes de ter um ótimo aprendizado em matemática e o professor tem um papel importantíssimo neste aprendizado devendo está preparado para atendê-los e estimulando o mesmo, e valorizando cada aprendizado do aluno. O professor pode utilizar recursos visuais e



tecnológicos que podem atrair a atenção dos alunos proporcionando ao mesmo um entendimento de forma rápida e fácil. Segundo Miranda (2011, p.39):

“Os professores, não só de matemática, mais também de outras disciplinas, necessitam mobilizar seus conhecimentos, reformular suas metodologias, repensar suas práticas em sala de aula, buscando encontrar uma forma que facilite a aprendizagem, que faça com que o educando desenvolva seu intelecto, respeitando suas características. É necessário compreender como eles aprendem para assim os fazer aprender, em outras palavras, é necessário compreender como eles constroem seu conhecimento para assim nos tornar mediadores desse processo, como auxiliares dessa construção”.

Ou seja, o professor é um grande facilitador desse processo, desde que saiba articular os meios ao qual trabalhará com a situação dos seus alunos, suas dificuldades, limitações e etc. É de extrema importância que esse professor saiba promover esse conhecimento de acordo com o contexto ao qual estão inseridos esses alunos. E assim, propor atividades que, de fato, possam ser desenvolvidas.

Como já foi dito, a presença do interprete de Libras dentro das salas de aula, é um recurso de grande importância que facilita o ensino e aprendizagem. Vale lembrar, também, que apenas conhecer a Língua de sinais não garante que o professor seja capaz de realmente processar o conhecimento necessário a seus alunos e promover a inclusão na sala de aula.

É importante que ele desenvolva aulas práticas, onde o aluno surdo possa utilizar das suas outras capacidades, como tocar naquele conteúdo ao qual está sendo ministrado.

Outra maneira de facilitar esse ensino é criar situações onde o aluno possa associá-las as suas experiências de vida. Afinal, se o educador desenvolver atividades que o aluno não tenha contato, conhecimento prévio, conseqüentemente haverá dificuldade e suscetivelmente fracasso com o mesmo.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, os dados foram coletados por meio de artigos, livros, a partir dos quais se buscou as principais metodologias de ensino da Matemática na educação básica para alunos surdos.

Sendo levantadas as principais características dessas metodologias, detalhando suas contribuições para o ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo pesquisar acerca das principais metodologias de ensino da Matemática para alunos surdos, na educação básica. E se justifica pela necessidade que alunos surdos e também professores enfrentam no processo de ensino e aprendizagem da matemática. Para a realização do mesmo houve, baseamento em diferentes pensamentos de vários autores. Onde foi possível evidenciar que a falta de preparação docente



é umas das problemáticas que permeia os objetivos da pesquisa, essa confirmação é vista nas ideias de alguns autores, como: Moreira (2015) e Gomes (2006). É evidenciada, também na pesquisa que o uso adequado de metodologias específicas com alunos surdos promove o desenvolvimento da aprendizagem esperado para os mesmos, como confirma Miranda (2011).

Utilizar-se de jogos e formas lúdicas, também são metodologias que favorecem o ensino aos surdos. É importante que esses jogos estimulem o ensino por meio da visualização e da linguagem gestual.

Por fim, mas não menos importante, é essencial ao processo de ensino e aprendizagem que a escola esteja apta a oferecer inclusão a esses alunos tanto na parte física, como também na parte pedagógica. A presença de um interprete de Libras nas aulas, torna-se algo importante e proveitoso para facilitar esse processo.

Certamente, pesquisas como essa torna mais ampla o conhecimento desta área e tem implicações importantes para a inclusão de alunos surdos por meio de uma educação Matemática inclusiva. E assim, espera-se que outras pesquisas sejam realizadas nesse contexto, bem como, espera-se que haja um diálogo voltados às questões trabalhas e desenvolvidas nessa pesquisa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Resolução 02/1998 da CEB/CNE**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2001.

BRASIL, **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20 de junho 2019.

BRASIL, **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 20 de junho 2019.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS COMO FATOR MEDIADOR NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS. **Só Pedagogia**. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/libras/?pagina=2>. Acesso em 27 de Setembro de 2020.

ANDREIS, Silvia; WITKOSKI. **Introdução a Libras: Língua, História e Cultura**. 23. Ed. Curitiba: UTFPR editora , 2015.

MIRANDA, Crispim. **O ensino de Matemática para alunos surdos: quais os desafios que o Professor enfrenta**. **Revemat**, Florianópolis, 2011. Disponível em:



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revemat/article/viewFile/10.5007-1981-1322.2011v6n1p31/21261>. Acesso em 27 de Setembro de 2020.

MOREIRA, Geraldo. O ensino de Matemática para alunos surdos: Dentro e fora do texto em contexto. PUC/SP, São Paulo, 01/06/2015. Disponível em: https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/educacaomatematica/o_ensino_de_matematica_para_alunos_surdos_dentro_e_fora_do_texto_em_contexto.pdf. Acesso em 27 de Setembro de 2020.

PERLIN, Gládis; STROBEL, Karin. Teoria da Educação e Estudos Surdos. CCE/UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificaf/teoriasDaEducacaoEstudosSurdos/assets/257/TEXTObaseTeoria_da_Educacao_e_Estudos_Surdos_pronta.pdf. Acesso em 27 de Setembro de 2020.

MARGONARI, Sonia; SOUZA, Roseane. As situações de aprendizagem de alunos surdos em uma escola regular do município de Altamira. EDUCERE, Curitiba, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7855_6896.pdf. Acesso em 27 de Setembro de 2020.